

DA NATUREZA VENCIDA À NATUREZA RECONSTRUÍDA: O LEGADO DE HOWARD E A RACIONALIDADE AMBIENTAL DO CAPA

FROM UNSUCCESSFUL NATURE TO THE RECONSTRUCTED NATURE:
HOWARD'S LEGACY AND THE CAPA'S ENVIRONMENTAL RATIONALITY

Tarcísio Vanderlinde¹

Resumo: No âmbito de uma história ambiental, este artigo contempla uma análise da racionalidade ambiental preconizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) considerando-se as pesquisas precursoras sobre agricultura orgânica realizadas por Sir Albert Howard na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Capa, agroecologia, racionalidade ambiental.

Abstract: It is with in an environmental history that this article offers an analysis of environmental rationality advocated by the Center of Support to Small Farmers (Capa) considering the precursory researches on organic agriculture carried out by Sir Albert Howard in the first half of the twentieth century.

Keywords: Capa, agroecology, environmental rationality.

1. Introdução

A expressão “racionalidade”, no que tange ao modo de se produzir no campo, é um termo normalmente associado à implantação de processos de modernização agrícola. No discurso, o conceito de racionalidade costuma acompanhar o que de longa data se entende como modernidade ou expressões que daí derivam, como é o caso da ideia de pós-modernidade. Além de contribuir como aporte a uma história ambiental, este artigo pretende qualificar o que pode ser entendido como racionalidade, introduzindo na reflexão a expressão “racionalidade ambiental”. Pode-se dizer que “racionalidade ambiental” vem se contrapor a um tipo de racionalidade que, a partir do aperfeiçoamento de processos industriais, tem se mostrado danoso ao ambiente e ao homem.

Considerando a fase de ocupação produtiva que começou a se delinear na Região Oeste do Paraná a partir dos anos de 1950, pode-se concluir que a região parece ter se desenvolvido social e economicamente. Juntando-se à agricultura, muitas agroindústrias e diversas universidades se materializaram no Oeste do Paraná. O progresso chegou, mas, não raras vezes, ele acabou revelando seu lado obscuro. Ainda se despejam, nas lavouras

do Oeste do Paraná, cerca de 8 milhões de litros de agrotóxicos por ano. A situação parece revelar um preço muito alto a ser pago pela prosperidade. Por outro lado, o “progresso” do Oeste do Paraná pode também estar sendo sustentado por milhares de pessoas em condições de trabalho não desejáveis².

No intuito de avaliar o momento que se vive, pretende-se destacar, no artigo, a proposta de uma “racionalidade ambiental”, que, neste caso, é preconizada e desenvolvida pela entidade conhecida como Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa). Para tanto, serão levadas em conta pesquisas e reflexões anteriores desenvolvidas por Sir Albert Howard, pesquisador que demonstra que o “toque humano” na natureza poderia ser feito com respeito e responsabilidade há muitas décadas.

O “fazer história ambiental” que se pretendeu sistematizar desenvolveu-se no diálogo com pensadores que procuram pensar a história ambiental como um campo de investigação possível e necessário no contexto da ciência histórica. Neste caso, o trabalho precursor de Sir Albert Howard, associado à emergência do Capa, pode ser considerado um estudo de caso na complexa discussão sobre as questões ambientais no tempo presente. Sob este aspecto, a história ambiental é

¹Professor Adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon. Email.:tarcisiovanderlinde@gmail.com

²VANDERLINDE, Tarcísio (org.). *Fronteiras: impactos socioambientais na terra prometida*. Porto Alegre: Evangraf, 2011a.

uma história do tempo presente, mas que permite a reflexão das grandes questões ambientais também em outras épocas. As atividades agroecológicas desenvolvidas pelo Capa, se pautam em práticas de saberes autóctones e ancestrais. Foi a percepção do exercício dessas práticas em camponeses da Índia, que levou Sir Albert Howard a formular seu histórico documento conhecido como “testamento agrícola”.

O “testamento agrícola” de Sir Albert Howard, pode ser considerado um documento ambiental relevante para se problematizar diversas experiências ambientais realizadas no tempo presente por agricultores agroecológicos. Neste artigo se contempla e se problematiza a experiência do Capa em sua ação mediadora entre agricultores agroecológicos. Contudo, o “testamento agrícola” de Howard fornece preciosos subsídios para a discussão do “saque do solo” que o agronegócio realiza no tempo presente no Brasil. Para além, Howard ainda havia percebido a relação entre a saúde humana e as condições saudáveis do solo. A irracionalidade que acompanha a utilização indevida de insumos químicos e agrotóxicos é duramente condenada no “testamento agrícola” de Howard.

2. O fazer história ambiental

O historiador Donald Worster diria que na construção de um saber ambiental seria preciso ter a disposição de ir a fundo e não ter medo de se enlamear os sapatos. A formação dos Estados Nacionais teria instituído um jeito de se fazer história que se poderia caracterizar como “política do passado”. Em reação começa aparecer uma história que vai mais a fundo “de baixo para cima”. Com os historiadores ambientais chega-se a conclusão que é preciso ir ainda mais fundo “até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história”. Teria chegado a hora de se vagar por campos e florestas, ao ar livre. Seria preciso comprar um par de sapatos resistentes para caminhadas sem poder evitar de sujá-los com a lama dos caminhos. O apelo do historiador revela um esforço revisionista para tornar a disciplina –

história ambiental – mais inclusiva e menos inocente (saber mais) nas suas narrativas do que ela normalmente tem sido, e, indica a interdisciplinaridade como uma ferramenta necessária na construção deste saber³.

Teria sido a conjuntura dos anos de 1960 e 1970 a estimular a emergência de uma nova especificidade na história. A história ambiental nasce, portanto numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial e teria por objetivo aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente como eles afetaram esses ambientes e com que resultados. Teoricamente teria como centro inovador de análise os EUA e a escola de *Annales* com destaque para os estudos de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. O campo de estudo da História ambiental seria formado de temas antigos e recentes da historiografia. Evolução de epidemias, climas, calamidades naturais, destruição a partir de eventos colonizatórios, crescimento populacional, hiperconsumo, poluição da água e do ar, urbanização, altos níveis de ruídos ou congestionamentos. Boa parte do material da história ambiental estaria disponível há gerações, talvez há séculos, e agora poderia ser organizado à luz das experiências recentes. A história ambiental teria como finalidade última tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana⁴.

Haveria três níveis de abordagem da história ambiental que o pesquisador deveria levar em conta ao adentrar neste campo. O primeiro seria o entendimento da natureza propriamente dita. Entender como a natureza se organizou e funcionou no passado. O historiador ambiental precisaria aprender a fazer perguntas novas e falar algumas línguas novas. Principalmente entender a língua dos cientistas naturais. “Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a história ambiental perderia os seus alicerces, e sua coerência, o seu primeiro passo”. Seria preciso ainda considerar o homem como elemento integrante do ecossistema: qualquer reconstrução de ambientes do passado deveria sempre considerar a presença do homem, a ação antrópica⁵.

³WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1991.

⁴Id., *Ibid.*, p. 200-201.

⁵Id., *Ibid.*, p. 203-206.

O segundo nível requerido seria a introdução do domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Isto pode ser definido pela “cultura” que é precisamente difícil de definir. Porém pode ser marcado como aplicação de tecnologias (habilidades) à exploração do ambiente. “A degradação do ambiente pode ser trágica, infeliz, ou, se o povo vence o desafio, pode levar à vitoriosa emergência de uma nova cultura”. Neste caso, o materialismo dialético não deveria ignorar o materialismo cultural. Nem todos os modos econômicos são ecologicamente sustentáveis: “ao longo do tempo, nenhum modo se adaptou perfeitamente ao seu ambiente. Caso contrário teria havido pouca margem para a história”⁶.

O terceiro nível aponta para uma postura essencialmente interdisciplinar a ser requerida do historiador ambiental. Worster defende neste nível uma interação mais intangível e exclusivamente humana: interação mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza. Os humanos seriam animais que carregam idéias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais conseqüentes delas teria o nome de “natureza”. “Natureza” tem significado amplo e subjetivo, “assim por boas razões, a história ambiental deve incluir no seu programa de estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado de natureza”. É preciso também se preocupar como as idéias são construídas. A influência, da classe, do gênero e da raça na formulação de uma idéia. O papel da ciência. O uso político do discurso “científico”. A ciência teria um papel muito mais nobre do que atender interesses de classe. A história ambiental pode se formar numa cooperação interdisciplinar considerando a religião e antropologia, mas principalmente a geografia: “Hoje a responsabilidade comum das duas ciências (história e geografia) é descobrir porque os povos modernos têm desejado tanto escapar das restrições da

natureza e quais têm sido os efeitos ecológicos desse desejo”. Worster conclui: “não fabricamos a natureza, nem o passado; do contrário, talvez os tivéssemos feito mais simples. O desafio que temos de enfrentar agora é extrair algum sentido deles – e, neste caso, extrair sentido do seu complexo funcionamento conjunto”⁷.

Na visão do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, a história ambiental pode ser compreendida na “história das paisagens”, considerando os diversos campos de investigação e linhas de pesquisa presentes na história. Nele, o conhecimento sobre ecologia é visto como uma ferramenta indispensável na discussão. O tratamento das relações homem/natureza é o campo próprio da ecologia humana. “No caso na análise histórica das paisagens, consideradas como um determinado bioma dever-se-ia considerar que são sistemas abertos, submetidos permanentemente a fatores aleatórios – entre os quais os variados tipos de ação humana – cujos resultados não são previsíveis”⁸.

A perspectiva interdisciplinar no desenvolvimento de uma história ambiental é também defendida por Enrique Leff. Ela seria necessária para abordar as inter-relações da complexidade ambiental interrogando o tempo humano a partir das diferentes racionalidades culturais. “É um saber que estabelece o vínculo entre o passado insustentável e um futuro sustentável”. Seria preciso estabelecer uma hermenêutica das narrativas sobre as relações sociedade-natureza: estudo das narrativas dos diferentes atores sociais. Estudos ambientais antigos e novos. Na conclusão de Enrique Leff, a história ambiental aparece como a narrativa que emerge da natureza vencida, de uma história das histórias não ditas, de uma natureza submetida a um processo silencioso e invisível.

A história ambiental apareceria como a narrativa que emerge da natureza vencida, de uma dívida ecológica que agora se expressa nos saberes subjugados que não puderam exprimir sua submissão como consequência do abatimento da natureza. A história ambiental é, pois a história das

⁶Id., *Ibid.*, p. 206-209.

⁷Id., *Ibid.*, p. 210-214.

⁸SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

histórias não ditas; e não só porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder⁹.

A concepção ideológica de uma natureza vencida, ou a ser vencida continua em pleno vigor no tempo presente. Ela aparece, por exemplo, na argumentação dos relatores da proposta do Novo Código Florestal em trâmite no Congresso Nacional em 2011. A proposta considerada como um avanço para uns, tem recebido severas críticas de setores dentro e fora de movimentos ambientalistas. Contra o argumento de que o Brasil necessitaria de mais terras para sua expansão agrícola, surgem estudos de que a área agricultável requerida poderia ser obtida a partir de regiões degradadas e que foram abandonadas em razão de práticas agropecuárias inadequadas. Alguns absurdos como a anistia aos que desobedeceram ao código florestal vigente em relação ao desflorestamento aparecem na proposta. A questionável inflação mundial dos alimentos também é requerida por lideranças ruralistas como argumento para “flexibilização” do novo código. A lista de sofismas e irracionalidades é longa e podem ser detectadas no processo em curso.

As alterações sugeridas no Código Florestal são precedidas por uma argumentação que justifica as mudanças. Surge ao que parece não um novo saber, mas um “novo conteúdo ambiental”. O estudo revela o caráter ideológico da proposta. Entre os argumentos mais curiosos a se observar aparece o da criminalização da Floresta Amazônica: ela é considerada culpada pelo fato de existir. Ela seria um erro da natureza. Além disso, é desclassificado o saber ancestral utilizado pelos povos da floresta, aquele herdado de gerações mais antigas e que foi construído no convívio com a natureza. Vanderlinde recuperou um fragmento do documento formalizado pela relatoria:

Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do

homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundância da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto da natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes de seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração. Luta contra a água dos rios que transformam com violência, contra a água das chuvas intermináveis, contra o vapor d'água da atmosfera, que dá mofo e corrompe os víveres. Contra a água estagnada das lagoas, dos igapós e dos igarapés. Contra a correnteza. Contra a pororoca. Enfim, contra todos os exageros e desmandos da água fazendo e desfazendo a terra. Fertilizando-a e despojando-a de seus elementos de vida. Criando ilhas e marés interiores numa geografia de perpétua improvisação, ao sabor de suas violências¹⁰.

Para além das ideologias que sinalizam a autodestruição do planeta, e das quais o fragmento destacado é revelador, há um aspecto relevante relacionado ao “fazer história ambiental” ressaltado por Enrique Leff. Trata-se da percepção de que o movimento ambientalista contemporâneo estaria possibilitando o surgimento de novas identidades ambientais. A história ambiental recente estaria lavrando o terreno para a reconstituição de identidades e a formação de atores políticos no marco da globalização econômico-ecológica e dos tempos da sustentabilidade. Esses movimentos sociais estariam se incorporando na cultura dos povos e arraigando em seus territórios novas formas de ser que, além de expressar a condição existencial do ser humano, constroem novos direitos, reconfiguram novas identidades e geram novos sentidos civilizatórios, abrindo horizontes da história.

⁹LEFF, Enrique. História ambiental – o nascimento da história ambiental na América Latina. In: LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2009.

¹⁰VANDERLINDE, Tarcísio. O novo conteúdo ambiental: a criminalização da floresta. *Jornal O Paraná*. Cascavel, 05 de setembro de 2010, p. 2.

Os movimentos ambientalistas das etnias reconstituem suas identidades em sua resistência à globalização do mercado, à homogeneização do mundo e à superexploração da natureza. [...] Nestas histórias ambientais, diferentes etnias, povos indígenas e comunidades rurais estão ressignificando sua natureza e definindo novas formas de produção¹¹.

3. Um trabalho precursor

A atualidade da obra de Sir Albert Howard, em relação às problemáticas ambientais e sustentabilidade econômica no campo é surpreendente. Um “fazer história ambiental” numa perspectiva que permita um diálogo interdisciplinar, irá detectar a importância do pensamento ambiental desse botânico na primeira metade do século XX. Sir Albert Howard nasceu em 1873, de uma família de agricultores do Shropshire, Inglaterra, e morreu em 1947. É considerado o iniciador da revolução da agricultura orgânica, sendo que suas principais pesquisas se desenvolveram na Índia. Foi lá que desenvolveu o processo Indore de compostagem e estudou a fundo a cultura agrícola dos camponeses, a quem atribuiu, no seu “testamento”, o título de “meus professores”. Pode-se dizer que Howard antecipou a catástrofe do agronegócio, que leva à destruição da camada de húmus e sua substituição por insumos químicos. O “saque” do solo agrícola em detrimento de uma agricultura que deveria alimentar de forma saudável a humanidade é sua principal denúncia. No que tange aos procedimentos sustentáveis de manejo do solo agrícola, ainda nas primeiras décadas do século XX, percebeu na sabedoria camponesa a capacidade de manter a fertilidade do solo por sucessivas gerações através de procedimentos simples que previam a incorporação permanente de húmus ao solo. Suas formulações irônicas e críticas foram usualmente endereçadas aos procedimentos considerados “científicos” e que omitiam um tratamento mais holístico ao ambiente agrícola.

Sua obra acompanha a rápida substituição de homens e de animais na atividade agrícola nos

Estados Unidos, anos 1930. Naquele momento já procurava desconstruir algumas crenças que passaram a ser inventadas para a utilização científica do solo. Já antevia que a substituição do cavalo e do boi pelos motores de combustão interna ou motores elétricos estava trazendo uma consequência desvantajosa e fatal. “Essas máquinas não produzem urina, nem esterco. Assim não contribuem em nada para a manutenção da fertilidade do solo”. Howard alertava que na implantação da tecnificação havia uma sedução pela temporária ilusão de que aquela agricultura poderia ser um negócio proveitoso. No momento seguinte começava-se a perceber, contudo, o aumento de doenças pela maciça utilização de adubos químicos e pelo esgotamento das reservas naturais de húmus¹².

Howard apreciava fazer comparativos históricos com civilizações passadas, com isso procurando retirar dali procedimentos sustentáveis para a utilização do solo. Ele destaca, por exemplo, que a agricultura do Império Romano entrou em crise por ser incapaz de manter o solo em condições férteis. Howard é da opinião de que os agricultores que se jogam na tecnificação sem reflexão estariam repetindo o erro da antiga Roma. É irônico, contudo, seu exemplo sobre sustentabilidade no meio agrícola chinês se considerado o atual modelo de “desenvolvimento” a qualquer custo preconizado naquele país. À época de sua pesquisa, constatou serem os camponeses chineses os que melhor conseguiam fazer a agricultura sustentável, dando especial atenção à restituição de todos os resíduos para o solo, o que os aproximava dos métodos executados pela própria natureza. Esse seria o segredo que teria feito os chineses ter mantido uma população grande na terra sem que houvesse, concomitantemente, uma perda da fertilidade do solo. Howard lembra que a agricultura precisa estar sempre em equilíbrio. Se ocorrer a necessidade de acelerar o crescimento, seria preciso também acelerar os métodos de decomposição para a recomposição do solo. “Se, por outro lado, as reservas do solo são exauridas, a produção deixa de ser agricultura racional: torna-se algo muito diferente. O fazendeiro é transformado em bandido”¹³.

¹¹LEFF, op. cit., p. 400.

¹²HOWARD, Albert Sir (1873-1947). *Um testamento agrícola*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 46.

¹³Id., *ibid.*, p. 57.

Um aspecto curioso do “testamento” de Howard são suas considerações sobre a utilização da urina de animais nos processos de fertilização do solo¹⁴. Os rígidos controles de sanidade animal do tempo presente fariam restrições às práticas defendidas por Howard. De acordo com suas pesquisas, a urina seria a substância-chave na elaboração do húmus à base de resíduos vegetais. De acordo com Howard, a urina contém, de forma solúvel e equilibrada, o nitrogênio e as substâncias minerais, e as demais substâncias acessórias, de que necessitam as bactérias e os fungos para desintegrar a celulose e realizar, com isso, o primeiro passo na síntese do húmus. Howard observa que grande parte dessa substância vital para a reconstituição da fertilidade se desperdiça ou se utiliza de forma imperfeita. Na sua visão de cientista, observa que, por si só, esse seria um fato que bastaria para explicar a destruição da agricultura do Ocidente. Essa constatação parte da observação de que os primeiros colonos, ao ocupar as paisagens de campos da América do Norte, durante muitos anos produziram grandes colheitas de trigo devido à fertilidade acumulada em decorrência da “contribuição fisiológica” de vastas manadas de bisões.

O método Indore, que, no Brasil, é conhecido como compostagem, recebe uma larga atenção na sua obra e nas suas pesquisas. Tem este nome por originar-se do Estado de Indore, na Índia. A compostagem é uma técnica natural de recomposição do solo. E é desse método que emerge uma das teses basilares discutidas no seu testamento. Foi durante os estudos com as formas de compostagem que Howard observou que a base da saúde e da resistência às enfermidades estava intimamente relacionada à fertilidade do solo. Howard acreditava que existiam evidências suficientes de que produtos saudáveis seriam de grande valia para o bem-estar da humanidade. Ao concluir seu testamento, ele se aventura a prever que, pelo menos, a metade das doenças humanas desapareceria se os suprimentos alimentares passassem a ser produzidos em solos férteis e consumidos em estado natural.

A apropriação da ciência para atender a interesses de acumulação de capital é duramente criticada por Howard em seu testamento. Ele

observa que, quando se faz uso da ciência para produzir novas variedades de altos rendimentos que exaurem até o último grama de fertilidade dos solos, quando se aplicam adubos mais baratos e de efeito mais rápido, quando se empregam máquinas que realizam cultivos mais profundos e mais pesados, quando se utilizam galinhas poedeiras que põem ovos até a morte e vacas que se desfalecem num oceano de leite, então deve estar faltando um pouco de bom senso por parte dos responsáveis por essas pesquisas. A constatação de Howard é que a pesquisa agrícola tem feito, dos fazendeiros, não produtores de alimento de melhor qualidade, mas, sim, hábeis saqueadores dos recursos naturais. A finitude do solo e o uso predatório de procedimentos “científicos” na agricultura é uma temática transversal na obra desse autor. A pesquisa na agricultura, contudo, não é descartada por ele, embora defenda a sabedoria milenar camponesa de trato com o ambiente num procedimento inteligente e sustentável. A pesquisa qualificada, fundamentada em parâmetros sustentáveis, é aceita e estimulada pelo autor. Suas reflexões observam que, nos processos de modernização da agricultura, não se tem observado um procedimento considerado essencial para a sustentabilidade do solo agrícola: para um acelerado crescimento, deveria também haver uma acelerada decomposição. A agricultura estaria desequilibrada por faltar a ponte que deveria unir as duas metades da vida. Essa ponte teria sido substituída pelos adubos artificiais, que estariam arruinando e envenenando os solos do mundo inteiro. “Em todo o mundo, o nosso mais importante capital está sofrendo uma rapinagem. A restauração, assim como a manutenção da fertilidade do solo, torna-se um problema universal”¹⁵.

Num indicativo aos profissionais que atuam mais diretamente com os agricultores, Howard lembra que o estudo dos problemas agrícolas deveria ter seu início a partir do campo e não do laboratório. Um agricultor observador ou mesmo um simples trabalhador que tenha passado sua vida em estreito contato com a natureza pode ser de extrema valia para o pesquisador. “O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. Há sempre bons motivos para o uso de suas técnicas”¹⁶.

¹⁴A utilização de urina de animais é praticada na agroecologia atual como repelente natural contra insetos predadores em determinados cultivos.

¹⁵Id., *Ibid.*, p. 321.

A análise de Howard pode ser identificada como um atualizado discurso de resistência, isso se considerada a iminência da transformação de vastas áreas do território nacional em espaços alienáveis com a intenção de produzir combustível para satisfazer à volúpia de uma parte da sociedade que idolatra o automóvel. Em que pese o discurso de época, a mensagem é revolucionária e profética por apontar para a possibilidade da perda do principal capital de sobrevivência da humanidade: o solo agrícola. Sob a luz de suas reflexões e considerando-se saberes que, no seu compartilhamento, indicam como a natureza deveria ser tratada, discute-se, em sequência a proposta de racionalidade ambiental promovida pelo Capa.

4. A racionalidade ambiental do Capa

A racionalidade ambiental estimulada pelo Capa pode ser detectada em inúmeras publicações desenvolvidas pela própria entidade. No campo acadêmico, podem ser destacadas as pesquisas desenvolvidas por Vanderlinde e por Batistela¹⁷. O Capa, considerado uma organização não governamental (ONG), surge no Rio Grande do Sul como um serviço eclesial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao final dos anos de 1970, auge da crise agrícola desencadeada pelos processos de modernização no campo. A entidade visava assessorar o pequeno agricultor no sentido de minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos a partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais – saberes esses desqualificados pela modernização competitiva movida por interesses utilitaristas de mercado.

É interessante perceber que foi na perspectiva de um saber compartilhado com camponeses chineses e indianos que Howard elaborou seu testamento agrícola. No tempo presente, o Capa territorializa-se a partir de cinco núcleos de atuação na Região Sul do Brasil: municípios de Pelotas, de Santa Cruz do Sul e de

Erechim no Estado do Rio Grande do Sul e municípios de Verê e de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná. No município de Marechal Cândido Rondon, a entidade atua desde o ano de 1997. Além disso, o Capa mantém convênios com prefeituras e com escritórios próximos aos seus núcleos de atuação. No Rio Grande do Sul, o Capa desenvolve trabalhos entre indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais.

O Capa desenvolve suas ações entre os pequenos agricultores pela e através da agroecologia. No tempo presente, a agroecologia pode se definir como um conhecimento contra-hegemônico, possuindo uma estrutura metodológica própria, utilizando agrossistemas como unidade de estudo e atuação onde convergem conhecimentos de diferentes áreas, incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Pode ser considerado um sistema produtivo que prioriza os recursos internos dos ecossistemas, através da reciclagem, e o sinergismo entre os seus componentes biológicos para combater problemas ocasionados pelo desequilíbrio sistêmico local. Além disso, proporciona o resgate e renovação permanente da fertilidade do solo e ainda, a manutenção da produtividade e a proteção das culturas. A agroecologia tem como pano de fundo uma concepção holística que incorpora inclusive a racionalidade camponesa e as técnicas de manejo tradicionais dos recursos. Incluir o princípio da diversidade ao de produtividade constitui aspectos essenciais no manejo de sistemas agroecológicos.

Em relação à prática ecológica do Capa, ressalte-se que a questão está sempre em construção, a partir de agricultores, profissionais que passaram pelas equipes e outras organizações parceiras. Os princípios que orientam a prática do Capa também recebem influência de ideias, conceitos e elaborações gerados fora do círculo mais imediato de suas relações. O termo agroecologia foi incorporado no discurso da entidade no início dos anos de 1990, a partir de reflexões conjuntas com outras organizações que compartilham das mesmas orientações de trabalho.

¹⁶Id., *Ibid.*, p. 324.

¹⁷Cf. VANDERLINDE, Tarcísio. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. *Estudos Teológicos*. n. 2, São Leopoldo: Com-Texto Gráfica e Editora, 2006a. VANDERLINDE, Tarcísio. *Entre dois reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*. Cascavel: Edunioeste, 2006b. VANDERLINDE, Tarcísio. *Estratégias de vida, agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso - CAPA - núcleo oeste*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2002. BATISTELA, Everton Marcos. *Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do Capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.

No tempo presente o Capa trabalha para a construção de sistemas de produção agroecológicos, no qual o sistema de produção orgânico pode estar presente em parte do processo, mas não seria o ponto de chegada. Com base em diversos conceitos de referência associados à ecologia e sustentabilidade, o adjetivo agroecológico ou agricultura ecológica, expressa com maior clareza a opção de ter os princípios ecológicos da ação. A preocupação ecológica do Capa induz um tratamento holístico do problema e considera inclusive fatores não-biológicos que interferem na sustentabilidade da agricultura, ou seja: segurança alimentar, viabilidade econômica, conservação de recursos, equidade social e crescimento da produção¹⁸.

A atividade espiritualista mediadora do Capa pode ser interpretada como o rompimento de um paradigma na utilização pós-moderna de ambientes agrícolas. Com a modernização agrícola, ambiente e homem são impactados e degradados. Considerando a receptividade de uma proposta de produção agroecológica, equivale dizer que na reconstrução desta paisagem territorial, é também fundado pelos agricultores um “novo mundo”, onde o solo produtor de alimentos é “tocado” com cuidado e sabedoria. Sementes ancestrais são recuperadas e o saber dessa recuperação é solidariamente compartilhado entre agricultores que comungam os mesmos princípios de sustentabilidade.

Vive-se, presentemente, um momento de grandes paradoxos no mundo. De um lado percebe-se um crescente fortalecimento de entidades ambientalistas, que buscam uma sociedade mais justa e sustentável. De outro, representações de classe que questionam a idoneidade dos movimentos oponentes e não conseguem olhar para a natureza sem imaginar que dali não se possa retirar algum lucro a mais. A contenda passional sobre a manutenção da reserva legal que se vive no tempo presente no Brasil é sintomática nesse sentido. A discussão pela extinção da reserva legal tem se mostrado problemática e revela uma racionalidade questionável ao adotar a possibilidade de prejuízos econômicos como

principal argumento: “O trigo, a soja, o milho, o arroz, o feijão e as carnes não dão em árvores. Então, se a produção diminuir, os preços dos alimentos poderão subir”¹⁹.

Este argumento ganha força com a inflação mundial de alimentos no tempo presente. Contudo, a ONU vem alertando para a inflação de alimentos há mais tempo. E a forma mais honesta de se posicionar sobre a situação é perceber que a crise resulta de uma convergência de vários fatores, onde um deles pode ser a destinação de produtos agrícolas para a elaboração de bicompostíveis, ou seja, o alimento sendo utilizado para finalidades menos nobres. Para além, existem os fatores naturais, onde a “tecnologia” pouco pode fazer e, uma multiplicidade de fatores artificiais, frutos das desigualdades inventadas pelo homem²⁰.

Desconsiderando-se a insensibilidade ambiental e oportunista normalmente presente em discursos produtivistas, há que se avaliar ainda outros aspectos sobre o fato de algumas commodities, vez por outra convenientemente se passarem por alimentos. Carece de credibilidade a afirmação de que árvores não produzem alimentos. O problema é que o alimento produzido por árvores podem não ter o mesmo apelo comercial do que uma plantação de soja, ou de milho por exemplo. Neste caso, na racionalidade presente neste tipo de raciocínio seria melhor eliminar as árvores. Eliminar seria uma atitude mais coerente com a racionalidade requerida, uma vez que a proposta de um cultivo permanente pode não estar nos interesses da planta econômica de uma região. Para manter uma produção e comercialização em grande escala de frangos ou suínos, por exemplo, é requerido o cultivo intensivo de determinados produtos agrícolas.

Outra questão que é quase sempre colocada, é que os agricultores ao preservarem certas áreas verdes, teriam lucros cessantes ou até diminuiriam seus lucros. Diante disso há que se avaliar que desde o início dos processos de modernização no campo, os ganhos agrícolas quase sempre foram drenados para o setor industrial que fica a montante do local de produção. Outra parte ainda costuma ficar pelo caminho que fica a jusante

¹⁸A PRÁTICA AGROECOLÓGICA DO CAPA. Porto Alegre: Capa, 2005, p. 8-11.

¹⁹LANG, Alfredo. É preciso mudar a lei. *Revista Cvale*, março/abril, 2009, p. 30.

²⁰VANDERLINDE, Tarcísio. A grande fome de batatas e a inflação dos alimentos. *AB Comunicação e Consultoria*. Curitiba, 25 de março de 2011b.

do ambiente de produção. Daí a ilusão de que se diminuir as áreas de preservação e aumentar a escala de produção, principalmente em regiões de pequenas propriedades, os benefícios fatalmente ficariam com o produtor.

As políticas econômicas dos grandes conglomerados que controlam a produção e comercialização mundial de commodities utilizadas para alimentação humana e animal costuma ter impacto maior sobre as propriedades agrícolas, do que eventuais implementações de políticas ambientais onde os ganhos sociais poderiam ser maiores. Milton Santos nos lembra que onde a agricultura científica e globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda por bens científicos e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. Sendo assim, a agricultura científica e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos “a velha condição de servos de gleba”²¹. Conclui-se, portanto que a agricultura científica e globalizada é pautada numa racionalidade muitas vezes conflitante com políticas ambientais que perseguem objetivos para além de uma economia do lucro.

Vive-se um momento de racionalidades em choque, pois, de um lado se encontram os “ecochatos”, que costumam “perturbar” este tipo de discussão, e, de outro, os “ecocidas”, que se escondem numa argumentação supostamente racional. Na defesa da “desideologização” da discussão sobre a reserva legal, por exemplo, uma estranha parceria entre ambientalismo e agronegócio é defendida como viável desde que se permita abertura para mudanças no atual Código Florestal Brasileiro²². A discussão de fato é problemática. O argumento da “desideologização” é, ele próprio, um discurso ideológico. No nivelamento superficial da discussão considerada como a mais racional, a argumentação “desideologizada” defende interesses políticos e de classe que nem sempre deixam claras as reais intenções.

Numa postura que pode ser considerada um avanço em relação à sustentabilidade, pode ser

destacada a imagem, que se começa a traçar em setores mediadores, com relação à cientificidade das pesquisas no âmbito agrícola. Pesquisadores da Embrapa, além de outros engenheiros agrônomos, na defesa do milho Bt (transgênico), dividem suas opiniões entre a apologia do avanço científico e uma cautelar ética do cuidado. Esta ética leva em conta a natureza e os agricultores que optam por manter os cultivos convencionais. Admite-se que lidar com transgênico possa ser perigoso e, sendo assim, é preciso ter atitudes prudentes e seguir a lei²³.

Em seu estudo sobre a racionalidade ambiental do Capa, Batistela discute o desastre provocado pela ideologia do progresso e do desenvolvimento sem limites. Neste sentido, pode-se concluir que a crítica da modernidade é uma questão ideológica imprescindível nas discussões sobre sustentabilidade. A conclusão é que, de fato, parece que jamais fomos modernos, pois ainda não se conheceu a emancipação propalada pelo projeto da modernidade. No diálogo estabelecido com diversos pensadores, Batistela conclui que a sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental na história da humanidade. E uma das constatações é que a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesma triunfa. Neste sentido, não seria um exagero afirmar que teria sido preciso destruir o mundo em teorias para que se pudesse destruí-lo na prática. Urge, portanto, instituir outro paradigma civilizatório²⁴.

O crítico norte-americano Immanuel Wallerstein lembra que, nos tempos de sua faculdade, em finais da década de 1940, estudavam-se as virtudes e as realidades de sermos modernos. Hoje, mais de meio século depois, estaríamos sendo informados sobre as virtudes e as realidades de sermos pós-modernos. O que teria acontecido com a modernidade, que não é mais a nossa salvação e se tornou o nosso demônio? Não é ela que deveria ter sido o presumível triunfo da liberdade humana contra as forças do mal e da ignorância?²⁵

A agroecologia emerge, na reflexão de Batistela, como opção aos avanços desastrosos da modernidade. A agroecologia (re) introduz um

²¹SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 89.

²²SCIARRA, Eduardo. Menos ideologia, mais parceria. *Jornal O Paraná*, 7 de agosto de 2009, p. A2.

²³JORNAL O PRESENTE RURAL, julho de 2009.

²⁴BATISTELA, op. cit.

²⁵WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

senso de orientação ética ofuscado por atitudes como o uso do secante químico, criminosamente utilizado para homogeneizar e para acelerar os processos naturais de amadurecimento das plantas. A modernidade formata a ideia de progresso, ideia que, desacreditada, deságua no desenvolvimentismo, criando-se, assim, uma espécie de “oitavo dia”, impulsionado pela função utilitarista do mercado. A crise da ruralidade sobre a qual Batistela discute ocorre no contexto. Sua pesquisa revela um esforço intelectual em sistematizar uma teoria sobre racionalidade ambiental com ênfase nos princípios da agroecologia e tendo como exemplo a atuação do Capa no Sudoeste do Paraná. Seu estudo buscou focar a agroecologia enquanto movimento social crítico e questionador de padrões da modernidade, e enquanto núcleo gerador de um conjunto alternativo de significados da ação social do agricultor ecológico, pela perspectiva reconstrutiva de uma racionalidade social ambiental.

O desastre da modernidade apontado por Batistela pode, contudo, ser curiosamente atribuído ao triunfo das “ideologias masculinas”, ideologias discutidas por muitos críticos do progresso. Neste sentido, vale a pena prestar atenção ao androcentrismo, conceito que foi oportunamente levantado na tese de Batistela. O depoimento de uma das mulheres entrevistadas durante a fase da pesquisa pode ser considerado revelador:

As primeiras agricultoras eram mulheres, historicamente na história da agricultura quem começou foram as mulheres, justamente por terem mais sensibilidade e maior percepção e é justamente isso que precisa uma agricultura alternativa, mais sensibilidade e percepção de detalhes. Na agroecologia são coisas sutis que fazem a diferença e as mulheres percebem isso com mais facilidade²⁶.

O depoimento inédito se aproxima da discussão da ética do cuidado realizada por Leonardo Boff²⁷ e do desastre explícito das “ideologias masculinas” discutidas por Fritjof Capra²⁸. A constatação de Capra é que a exaltação

do consumo material tem raízes ideológicas profundas, que vão muito além da economia e da política, pois elas estariam ligadas à associação universal da virilidade com os bens materiais nas culturas patriarcais, ou seja: quanto maior a quantidade de bens materiais detidos pela pessoa, mais heróica, mais forte ela é.

Sob o paradigma de uma nova racionalidade ambiental e considerando a economia local como foco de sustentabilidade, o protagonismo do Capa pode ser comparado a outras entidades mediadoras que procuram caminhar de forma diferenciada dos receituários que orientam a economia liberal. Sendo assim, a articulação das pessoas que ocorre em torno do Capa pode ser caracterizada como um dos movimentos anti-hegemônicos que se percebem em muitas partes do planeta. Neste sentido, considera-se oportuno destacar uma observação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, observação que parece ser convergente com as reflexões realizadas por Vanderlinde e Batistela e que se refere à racionalidade ambiental fundamentada na sustentabilidade definida pelo Capa. Santos observa que ainda hoje a maioria da população mundial mantém economias relativamente tradicionais, muitos não são “pobres” e uma alta percentagem dos que são foram empobrecidos pelas políticas da economia neoliberal. Em face disto, a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas. Segundo esta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, as respostas contra os malefícios não podem deixar de ser a reterritorialização, a descoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a descoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade²⁹.

Numa reflexão atualizada sobre o Capa, é oportuno destacar a motivação religiosa da IECLB, motivação que movimenta a entidade e que foi fundamental para o seu surgimento e a sua viabilidade. No plano de ação missionária da IECLB

²⁶BATISTELA, op. cit., p. 192

²⁷BOFF, Leonardo. *Uma defesa da Carta da Terra*(Conferência). Marechal Cândido Rondon, 7 de maio de 2008.

²⁸CAPRA, Fritjov. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2005.

²⁹SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

2008-2012, o Capa é visto como um trabalho diferenciado junto à sociedade com o intuito de promover ações efetivas e questionadoras diante de situações de injustiça, de opressão e de exclusão. Nesta perspectiva, o que importa é desenvolver sensibilidade para as necessidades e as “dores da sociedade” e adquirir competência solidária. No contexto, a missão do Capa para o triênio 2007 – 2009 foi assim estabelecida:

O Capa tem por missão contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da capacidade de cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias³⁰.

Desde a sua fundação o Capa procurou instrumentalizar pequenos agricultores progressivamente marginalizados por uma racionalidade agrícola agressiva que infestou o ambiente com venenos e os afastou do mercado e dos seus meios de sobrevivência. A instrumentalização passa pela adoção e pela recuperação de saberes ancestrais e tem foco no compartilhamento de saberes que ocorre na ação solidária desenvolvida pela entidade. Neste sentido, a ação do Capa pode ser considerada a materialização de uma possibilidade sustentável de trabalhar a terra com respeito e com o pensamento voltado para a sobrevivência de gerações futuras.

5. Considerações finais

Discutir sustentabilidade a partir de um diálogo de saberes solidários e responsáveis aponta para uma das utopias que precisam ser construídas no século XXI. Envolver-se com este assunto é perceber de imediato que existem racionalidades que apontam para caminhos divergentes. Uma delas, que muito nos prometeu, vem atrelada à

ideia de modernidade e acabou se tornando uma jornada inconclusa, revelando, para a humanidade, um lado obscuro e colocando em risco a presença humana no planeta. As práticas desse projeto suicida continuam poderosas e em rotas de colisão com os projetos alternativos que pretendem elevar ao máximo a sustentabilidade da “teia da vida”. “O grande desafio do século XXI é da mudança de sistema de valores que estão por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica”³¹.

Ao discutir o sentido histórico da ideia de utopia numa era de incerteza, o sociólogo Zygmunt Bauman avalia uma espécie de racionalidade que denomina de “utopia do caçador”. A racionalidade do caçador dificilmente leva em conta a finitude do ambiente onde realiza suas caçadas. O projeto do caçador é sempre imediato. O caçador não dá a menor importância ao equilíbrio geral das coisas, seja ele natural ou planejado e maquinado. A única tarefa que os caçadores buscam é outra “matança”, suficientemente grande para encherem totalmente suas bolsas. Com certeza não consideram seu dever assegurar que o suprimento de animais que habitam a floresta seja recomposto depois de sua caçada. Se os bosques desaparecerem e se tornarem impróprios para caçada, o caçador não verá isto como uma preocupação imediata e como sendo sua. O caçador estabelece a lei da vantagem e impele a todos a serem caçadores sob pena de serem expulsos ou excluídos da caçada. É por isso que, num mundo povoado principalmente por caçadores, já não haveria espaço para devaneios utópicos, sendo que não haveria muitas pessoas inclinadas a tratar com seriedade os projetos utópicos. Numa vida de caça contínua, caçar acaba se tornando uma utopia bizarra, pois, diferentemente das antigas utopias em que havia a promessa de que a labuta teria um fim, a utopia dos caçadores é o sonho de uma labuta interminável. Diferentemente de outras utopias (que apontavam para o fim da estrada), para os caçadores é a própria estrada com fim incerto. “Diferentemente das utopias de outrora, a utopia dos caçadores não oferece um significado para a vida, seja ele autêntico ou fraudulento”³².

³⁰IDE, Hans-Hulrich. *Agente pega junto*: protagonismo na agricultura familiar. Lavoro e Porto Alegre: C&M, 2008, p. 3.

³¹CAPRA, op. cit., p. 268.

³²BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 113.

Estimulado pelos estudos de Sir Robert Howard, um dos precursores da agroecologia ainda na primeira metade do século XX, este artigo procurou refletir sobre a racionalidade ambiental proposta pelo Capa na perspectiva de uma história ambiental. A palavra racionalidade costuma indicar procedimentos científicos que não permitem um fácil questionamento. A postura indica um “fundamentalismo científico” que, a exemplo de outros tipos de fundamentalismos, podem nos surpreender negativamente. No caso da racionalidade aplicada ao campo e que é mais conhecida como modernização agrícola, há muito que questionar nos seus processos considerados científicos. O mesmo se pode dizer quanto aos desdobramentos dessa modernização no que se refere à implantação de culturas à base de organismos geneticamente modificados (OGMs).

O Capa emerge como um serviço eclesial da IECLB nos anos de 1970 e foi marcado pela ideia de que a racionalidade preconizada pela revolução verde (ou seja, pela modernização agrícola) criou impactos desagregadores que levaram os pequenos agricultores a uma situação de precarização social, além de um consequente esvaziamento de áreas rurais. Pode-se considerar que o Capa surge como uma resposta da igreja à qual é vinculado, com o objetivo de oferecer aos pequenos agricultores possibilidades de alterar a situação. Além disso, vale dizer que, com a aplicação de princípios da agroecologia e de outras metodologias solidárias, ocorreu um ambiente favorável que possibilitou retirar da invisibilidade grupos sociais com os quais a entidade atua, como é o caso de comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais. Com isso ocorreu a transformação desses grupos em sujeitos ativos, em atores sociais organizados para reivindicar seus direitos e para negociar políticas públicas nos espaços locais e regionais de decisão política.

A racionalidade ambiental do Capa é viabilizada pela prática da agroecologia onde se busca um relacionamento não agressivo com a natureza. E, neste sentido, vale acrescentar uma ironia relacionada aos cultivos transgênicos e que vem apenas confirmar a sustentabilidade defendida pelo Capa. Constata-se que, para viabilizar cultivos transgênicos, no caso principalmente do milho Bt, são sugeridas áreas de refúgio para melhor viabilizar a tecnologia. As áreas de refúgio podem ser formadas por cultivos convencionais, mas em

conexão estratégica com a área de cultivo transgênico. Sem as áreas de refúgio, a tecnologia transgênica poderá ser abalada e ter seu desempenho comprometido. O refúgio seria necessário para que os insetos que resistiram ao tratamento químico na área do cultivo transgênico se cruzem com os que estão na área de refúgio e percam resistência, transmitindo assim esta característica para a geração seguinte dos insetos que tentarão povoar novamente a área de cultivo transgênico.

É, de fato, uma ironia concluir que a viabilidade do projeto Bt se encontre na própria natureza. A natureza parece de fato ser suficiente, embora, no contexto de uma racionalidade técnica, muitas vezes se valorize certo “contorno científico” para descobrir, enfim, que a solução já estava ali. Ela mesma, a natureza, pode oferecer os indicativos como utilizá-la de forma responsável. Para além dos cataclismos naturais a natureza parece sempre ter sido um refúgio confiável e estratégico para sustentabilidade do planeta Terra e para a saúde dos habitantes que ali vivem. Sir Howard já havia alertado para isso. No tempo presente o Capa insiste em apontar na mesma direção.

Artigo recebido em 15.03.2011.
Artigo aprovado em 31.05.2011.